



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Instituto Estadual do Ambiente
Presidência

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO:

1.1 Trata-se da aquisição de equipamentos de energia (estabilizadores e nobreaks) para a expansão do atual parque de equipamentos de TIC's do INEA e SEAS

2 – DA JUSTIFICATIVA:

2.1 Trata-se da aquisição de equipamentos de energia (estabilizadores e nobreaks) para a expansão do atual parque de equipamentos de TIC's do INEA e SEAS, um dos principais elementos desse ambiente é um sistema de fornecimento de energia ininterrupto, essencialmente durante uma queda de energia, evitando maiores danos aos produtos. Bem como, oferece proteção contra curto circuitos, picos de tensão, sub e sobretensão, sobrecarga e descarga da(s) bateria(s) além de amparar todos os equipamentos e informações que dentro dela estiverem armazenados contra fogo, calor, umidade, fumaça, água, arrombamento, sabotagem, magnetização, vandalismo, inundação e gases corrosivos provenientes do ambiente externo.

2.2 Ressaltando que o objeto em questão está alinhado ao Plano Estratégico e Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PEDTIC) do Instituto Estadual do Ambiente - INEA.

2.3 Os equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC necessitam de uma energia estável e de qualidade para seu pleno funcionamento. O objeto do presente termo de referência reside na aquisição em escala, almejando economia de preços pelo quantitativo, de equipamentos de energia (estabilizadores e nobreaks) para expansão e manutenção do atual parque de equipamentos de TIC's dos órgãos e entidades da administração pública do Instituto Estadual do Ambiente- INEA e da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS.

3 – DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

3.1 Os produtos cotados deveram atender às condições de exatidão de todas as especificações e padrões solicitados, descritos neste quadro de especificações do presente Termo de Referência.

3.2 Objeto da demanda, segundo o catálogo de matérias e serviços do Sistema Integrado de Gestão de Aquisições do Estado do Rio de Janeiro (SIGA) é contemplado com a seguinte descrição:

| CÓDIGO SIGA | ID SIGA | EQUIPAMENTOS | DESCRIÇÃO | UNID. | QUANT. |
|----------------|------------|--------------|-----------|-------|--------|
|----------------|------------|--------------|-----------|-------|--------|

| | | | | | |
|---------------|--------|-----------------|---|------|------|
| 6110.001.0032 | 101179 | Estabilizadores | <p>Tensão de Entrada Bivolt; Automático: 115/220V; Tensão de Saída: 115V; Tensão de Saída: 115V; Potência Mínima: 1000 VA; Frequência Nominal de Rede: 60Hz; Variação Máxima de Entrada: 6 %; Faixa de Regulação: 6 %; Regulação de Saída: + / - 6%; Tipo de Tomada: mínimo 4 padrão NBR14136; Leds Indicadores: sim; Gabinete: sim; Cabo de Força: sim; Fusível reserva: sim; Proteções: Curto-circuito; Surtos de tensão entre fase e neutro; Sub/sobretensão de rede elétrica com desligamento e rearme automático; Sobreaquecimento com desligamento e rearme automático; Sobrecarga com desligamento automático; Características: Filtro de linha; True RMS: analisa os distúrbios da rede elétrica e possibilita a atuação precisa do equipamento; Autoteste: ao ser ligado, o estabilizador testa os circuitos internos, garantindo assim o seu funcionamento ideal; Led no painel frontal; Chave liga/desliga embutida.</p> | UNID | 1250 |
|---------------|--------|-----------------|---|------|------|

| | | | | | |
|---------------|--------|----------|---|------|-----|
| 6110.003.0250 | 165235 | Nobreaks | Tensão de entrada nominal Bivolt Automático: 115/220V; Tensão nominal de saída Monovolt: 115V; Potência de saída: 1500 VA; Fator de potência: 0,7; Frequência de entrada: 50/60 HZ; Tipo de Tomada: mínimo 6 Tomadas/Bornes padrão NBR14136; Forma de Onda: Senoidal; Filtro de linha Interno, para interferências e ruídos na rede; Bateria Interna: No mínimo 1 banco de bateria 12vdc/7ah; Gabinete: sim; Cabo de força: sim; Atendem a norma brasileira: sim. | UNID | 500 |
|---------------|--------|----------|---|------|-----|

4 – DA DESCRIÇÃO DO ESCOPO:

4.1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- **Estabilizadores,** Tensão de Entrada Bivolt Automático: 115/220V; Tensão de Saída: 115V; Potência Mínima: 1000 VA; Frequência Nominal de Rede: 60Hz; Variação Máxima de Entrada: 6 %; Faixa de Regulação: 6 %; Regulação de Saída: + / - 6%; Tipo de Tomada: mínimo 4 padrão NBR14136; Leds Indicadores: sim; Gabinete: sim; Cabo de Força: sim; Fusível reserva: sim; Proteções: Curto-circuito; Surtos de tensão entre fase e neutro; Sub/sobretensão de rede elétrica com desligamento e rearme automático; Sobreaquecimento com desligamento e rearme automático; Sobrecarga com desligamento automático; Características: Filtro de linha; True RMS: analisa os distúrbios da rede elétrica e possibilita a atuação precisa do equipamento; Autoteste: ao ser ligado, o estabilizador testa os circuitos internos, garantindo assim o seu funcionamento ideal; Led no painel frontal; Chave liga/desliga embutida.
- **Nobreaks,** Tensão de entrada nominal Bivolt Automático: 115/220V; Tensão nominal de saída Monovolt: 115V; Potência de saída: 1500 VA; Fator de potência: 0,7; Frequência de entrada: 50/60 HZ; Tipo de Tomada: mínimo 6 Tomadas/Bornes padrão NBR14136; Forma de Onda: Senoidal; Filtro de linha Interno, para interferências e ruídos na rede; Bateria Interna: No mínimo 1 banco de bateria 12vdc/7ah; Gabinete: sim; Cabo de força: sim; Atendem a norma brasileira: sim.

4.2 Com o objetivo de selecionar o que melhor atenda às necessidades do INEA, os requisitos para aferição da qualidade dos produtos seguirão o definido na avaliação das amostras, conforme abaixo:

4.3 Proteção contra quedas, picos ou quaisquer variações indesejáveis nas características da energia, impedindo potenciais danos aos servidores;

4.4 Alimentação redundante a todos os equipamentos que possuem duas fontes de alimentação independentes/redundantes, garantindo que os mesmos continuem funcionando mesmo no caso de pane parcial (falha ou defeito em uma das fontes).

4.5 O funcionamento ativo e simultâneo garante que, mesmo no caso de parada total de um deles por defeito interno ou no respectivo banco de baterias, ou ainda por queda de uma das fases, os equipamentos continuem funcionando continuamente e protegidos.

4.6 Os equipamentos garantem que a continuidade da operação não seja afetada mesmo no caso de defeito ou queima devido a picos de energia, pois, podem prover substituição praticamente imediata, mantendo o funcionamento dos circuitos elétricos que alimentam em condições operacionais normais.

4.7 Os produtos devem ser novos, entregues em embalagem lacrada e ter garantia contra defeitos de fabricação e de funcionamento. O valor da proposta deve abranger o frete, impostos, entre outros custos. Em caso de desconformidade, os produtos deverão ser substituídos às custas da fornecedora. A cotação não será adjudicada em preço superior ao valor de referência

5 – DOS PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA:

5.1 A entrega deverá ser agendada com a Gerência de Tecnologia da Informação - GERTEC , localizada no Instituto Estadual do Ambiente - INEA situado na Avenida Venezuela, nº110-Saúde/RJ- CEP:20081-312 , sendo de responsabilidade da empresa contratada todos os custos inerentes ao frete, impostos, despesas diretas e indiretas.

5.2 O dia e horário da entrega deverão ser previamente agendados por intermédio de correio eletrônico: getec@inea.rj.gov.br, infra@inea.rj.gov.br e suporte@inea.rj.gov.br, como também telefone celular (21) 97309-1103 com servidora Jeovana ou (21) 99091-4727 com servidor Peterson, entre o horário de 09h às 18h de segunda-feira a sexta-feira.

6 – DA VIGÊNCIA

6.1 O prazo de vigência será de **12 (doze) meses**, nos termos da Lei nº 8.666/93, contados a partir da assinatura do contrato.

7 – DO ENQUADRAMENTO LEGAL

7.1 O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 8.666/93, (Lei de Licitações) e a outras legislações aplicáveis.

8 - DA FISCALIZAÇÃO

8.1 Por FISCALIZAÇÃO entende-se a atividade exercida de modo sistemático pelo INEA e seus prepostos, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos.

8.2 O INEA manterá desde o início dos serviços, a seu critério exclusivo, uma equipe de FISCALIZAÇÃO designada através de portaria para o acompanhamento e controle dos trabalhos.

8.3 A CONTRATADA deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da FISCALIZAÇÃO, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas.

8.4 Todos os atos e instruções emanados ou emitidos pela FISCALIZAÇÃO serão considerados como se fossem praticados pelo INEA.

8.5 A atuação ou a eventual omissão da FISCALIZAÇÃO durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pela execução dos serviços.

8.6 A FISCALIZAÇÃO acompanhará a mensuração dos seguintes aspectos, dentre outros, quando for o caso:

a) Os resultados alcançados em relação ao objeto contratado, com a verificação dos prazos

de execução e da qualidade demandada;

b) a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

c) O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato.

9 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

9.1.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

9.1.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

9.1.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.6. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

9.1.7. Comunicar ao INEA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.9. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

9.1.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

9.2. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

9.3 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.5 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.6 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.7 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.8 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

9.9 A ação ou omissão, total ou parcial, por parte da Fiscalização da CONTRATANTE, não eximirá a CONTRATADA da total e irrestrita responsabilidade pela má execução de quaisquer serviços.

9.10 A eventual necessidade de maior prazo, por parte da CONTRATADA, para a devida finalização a contento dos serviços, deverá ser satisfatoriamente justificada e comprovada, ficando a análise do mérito a cargo da CONTRATANTE, que acatará ou não o pleito, podendo, neste último caso, aplicar quaisquer penalidades contratuais e/ou previstas em lei, em decorrência do atraso e de quaisquer prejuízos causados.

9.11 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

9.12 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

10 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 Acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência.

10.2. Rejeitar, no todo ou em parte os itens entregues, se estiverem em desacordo com a especificação e da proposta de preços da CONTRATADA.

10.3 Comunicar a CONTRATADA todas as irregularidades observadas durante o recebimento dos itens solicitados.

10.4. Notificar a CONTRATADA no caso de irregularidades encontradas na entrega dos itens solicitados.

10.5. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

10.6. Conceder prazo de 03 (três) dias úteis, após a notificação, para a CONTRATADA regularizar as falhas observadas.

10.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

10.8. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares.

10.10. Disponibilizar local adequado para a realização da entrega

10.11. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

10.12. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.13. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

10.14. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

10.15. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

10.16. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.17. Proporcionar todas as facilidades sob sua responsabilidade e ao seu alcance para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas vigentes e de acordo com as cláusulas contratuais.

10.18. Designar um representante, denominado Fiscal, bem como seu Substituto, ambos com competência legal para promover o acompanhamento e a fiscalização do Contrato e dos respectivos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, e os quais notificarão a CONTRATADA sobre todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, conforme art. 67 da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

10.19. Notificar, por escrito, a CONTRATADA sobre qualquer falta ou irregularidade observada no curso da execução do objeto do Contrato e/ou sobre quaisquer falhas ou defeitos apresentados pelos equipamentos ou instalações, prestando todos os esclarecimentos e informações necessários e interrompendo o uso do mesmo, se assim for recomendado, bem como fixar prazo para a devida solução do problema, caso já não haja previsão contratual a respeito.

10.20. Colocar em prática as recomendações técnicas feitas pela empresa, relacionadas com as condições de funcionamento, uso e segurança do equipamento e instalações.

10.21. Aplicar à CONTRATADA as penalidades legais e contratuais cabíveis.

11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1 O licitante, previamente classificado em primeiro lugar, deverá comprovar capacidade técnica através da apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação.

11.3. Os atestados deverão conter:

11.3.1. Nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone).

11.3.2. Local e data de emissão.

11.3.3. Nome, cargo, telefone, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações.

11.3.4. Período de fornecimento.

11.4. Cumpre informar que somente serão considerados os atestados em conformidade com o descrito acima.

11.5. O licitante deve disponibilizar, quando solicitado pelo pregoeiro, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram executadas as atividades

12. CRONOGRAMA DE ENTREGA E EXECUÇÃO

12.1 A entrega dos itens, estabilizadores e nobreaks deve ser conforme especificações do produto descrito no item no termo abaixo:

| ITEM | EQUIPAMENTOS | 1º MÊS | 2º MÊS | 3º MÊS | TOTAL |
|------|--------------|--------|--------|--------|-------|
| | | | | | |

| | | | | | |
|---|-----------------|-----|-----|-----|------|
| 1 | Estabilizadores | 500 | 500 | 250 | 1250 |
| 2 | Nobreaks | 200 | 200 | 100 | 500 |

13 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1 O pagamento ocorrerá ao final de cada mês conforme realização das entregas, atestados pela fiscalização, de acordo com o cronograma de entrega e execução, disposto no item 12 deste termo de referência, por meio de crédito em conta bancária, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que devidamente atestada pelo Gestor do CONTRATO.

13.2 Em respeito ao disposto no Decreto nº 43.181 de 08 de setembro de 2011 que dispõe sobre pagamentos de Bens e Serviços de qualquer natureza prestados ao Estado do Rio de Janeiro, o pagamento só poderá ser feito, exclusivamente, pelo Bradesco por ser esta a instituição financeira contratada pelo Estado.

“Art. 1º - Os pagamentos de bens e serviços de qualquer natureza prestados aos Órgãos da Administração Direta, Indireta, Autárquica ou Fundacional, do Poder Executivo, a partir do dia 02 de janeiro de 2012, serão realizados, exclusivamente, na instituição bancária denominada Banco Bradesco S/A.”

14 – DA PROPOSTA

14.1 O custo do serviço a ser prestado pela CONTRATADA deverá ser estimado conforme tabela abaixo:

| ITEM | OBJETO | UNID. | QUANT. | VALOR UNITÁRIO (R\$) | VALOR TOTAL (R\$) |
|-------------|--------|-------|--------|----------------------|-------------------|
| 1 | | UNID. | | | |
| 2 | | UNID. | | | |
| TOTAL (R\$) | | | | | |

14.2 A proposta deverá ter validade de, no mínimo, 60 dias a contar da sua emissão e indicar valores unitários e totais para cada item ofertado.

15 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

15.1 A competência de indicação da dotação orçamentária é da Assessoria de Planejamento e Gestão (ASPLAN) subordinado à Coordenadoria Executiva e de Planejamento (COEXEC).

FONTE:

PROGRAMA DE TRABALHO:

NATUREZA DA DESPESA:

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

16 – DAS PENALIDADES:

16.1 A CONTRATADA estará sujeita às regras gerais sobre infrações e sanções administrativas previstas na Lei nº 8.666/1993, e especificamente à:

16.1.1. A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de

acordo com a gravidade da infração

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

16.2. A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida;

16.3 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas, assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa;

17 – RESULTADOS ESPERADOS

17.1 Permitir com que o núcleo de termo de referência em concomitância com o serviço de compras possa expandir ainda mais as possibilidades para a realização de novos termos de referência e estudos técnicos, auxiliando as futuras aquisições e contratações.

Rodrigo Ferreira Peres
Chefe de serviço SERVINFRA/ 5093823-1
Resp. Técnico

Roberto Frederico Nibra Calomeni
Gerente da GERTEC/ 4366896-8
Resp. Técnico

Andrea Figueiredo da Silva
Adjunto II / 5124698-8
Resp. pela Elaboração

Rio de Janeiro, 11 de abril de 2023



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Frederico Nibra Calomeni, Gerente**, em 12/04/2023, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Ferreira Peres, Chefe de Serviço**, em 12/04/2023, às 16:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Figueiredo da Silva, Adjunto**, em 12/04/2023, às 16:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **50050899** e o código CRC **B76D9915**.

Avenida Venezuela, 110, 4º andar - Bairro Saúde, @cidade_unidade@/RJ, CEP 20081-312
Telefone: